



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### As atenções do plenário, nesta semana, estão voltadas para:

- Está protocolado o requerimento 1.918/19, que pede urgência para a apreciação do PL 1.595/2019, do dep. Vitor Hugo (PSL-GO), que dispõe sobre as ações chamadas "contraterroristas". Contrária à aprovação, há grande mobilização das entidades da sociedade civil, do MPF e, inclusive, da ONU. As entidades avaliam o PL como *uma das maiores ameaças à democracia brasileira*. Ao ampliar o conceito de "terrorismo", o projeto ameaça a existência e as ações de qualquer oposição ao governo por meio de possíveis criminalizações e perseguições. O PL estabelece uma polícia secreta centralizada no Presidente da República e garante impunidade a tais agentes paralelos em casos de abuso ou violação de direitos.

- O PL 2.148/2015 – de autoria do dep. Jaime Martins (PSD-MG), que estabelece *redução de tributos para produtos adequados à economia verde* de baixo carbono.

- O PL 2.405/2021 – de autoria do dep. Gustavo Fruet (PDT-PR), que altera a lei que cria o *Fundo Nacional de Meio Ambiente*, para dispor sobre a aplicação prioritária de recursos em projetos de energia limpa e renovável.

## COMISSÕES DA CÂMARA

### GT - Código de Mineração - Decreto-Lei 227/67

- No dia 01/12, a dep. Greyce Elias (AVANTE-MG) apresentou a segunda versão do relatório, no âmbito do Grupo de Trabalho criado para debater e elaborar proposição legislativa de alteração do Código de Mineração. As mudanças arrazoadas sem discussão com todos os segmentos da sociedade, trarão insegurança jurídica e colocarão em risco a população. Mas, sobretudo, submete o reconhecimento dos direitos fundamentais dos povos indígenas, bem como a propriedade definitiva aos remanescentes das comunidades quilombolas, previstos na Constituição e a criação de Unidades de Conservação, quando existir interesse mineral, à aprovação prévia do Ministério de Minas e Energia, da Agência Nacional de Mineração e dos mineradores. A criação de assentamentos de reforma agrária ou mesmo o planejamento urbano dos municípios será inviabilizado. Outro ponto grave proposto é a imposição da atividade minerária, que se sobreporia às demais atividades, inclusive no que se refere às áreas de interesse público. Após a reunião do dia 01/12, na qual foi pedida vista do relatório do GT, está prevista reunião para votação do texto dia 08/12.

### Comissão de Desenvolvimento Urbano

- Aconteceu, no dia 07/12, o Seminário para Debater o Novo Marco do Saneamento proposto pelo Dep. José Priante (MDB-PA).

### Comissão De Meio Ambiente E Desenvolvimento Sustentável

- PL 3.133/2020 - do dep. Vinicius Poit (NOVO-SP) - que "proíbe a cobrança de taxa para licença de porte e uso de motosserra". Dia 07/12. O relatório do Dep. Evair Vieira de Melo (PP-ES) é pela aprovação.

- PL 618/2019 - do dep. Luiz Nishimori (PL-PR) - que "altera a Lei 11.959/2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, para disciplinar a pesca esportiva" para permitir a prática da pesca desportiva licenciada pelos órgãos competentes, desde que o pescado seja devolvido, sempre, ao local em que foi pescado; e permite também a prática de pescas sem finalidade econômica em família, por exemplo.

### Comissão De Fiscalização Financeira E Controle

- Audiência Pública sobre a Administração dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas no MA, BA e AM, dia 07/12. O requerimento nº 254/2021 é dos dep. Hildo Rocha (MDB-MA) e Jorge Solla (PT-BA), aprovado com adendo do dep. Delegado Pablo (PSL-AM) para inclusão do DSEI/AM. Entre os convidados estão: Sônia Guajajara (Apib), Agnaldo Pataxó (MUPOIBA), Januario Neto (DSEI/Manaus) Jovânio Vilagelin (CONDISI, Alto Rio Negro – AM).

## CONGRESSO NACIONAL

- Acontece sessão do Congresso, dia 07/12, para discutir vetos do Presidente da República. Entre eles, o que prevê apoio à agricultura familiar, vetado na íntegra pelo Presidente.

## SENADO FEDERAL

### COMISSÕES DO SENADO

Reuniões conjuntas **Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - Comissão de Meio Ambiente**

- Leitura de relatório - Regularização Fundiária PL 2633/2020 e 510/2021 – Relator Sen. Carlos Favaro (PSD-MT). Dia 8/12, 8h.

- Leitura de relatório - Licenciamento Ambiental, PL 3729/2004. Relatora sen. Kátia Abreu (PP-TO). Prevê alterações profundas na legislação ambiental, fragilizando os processos de controles dos órgãos públicos. Dia 9/12, 8h.

## OUTROS INFORMES

- As próximas duas semanas serão de intensas votações na Câmara e no Senado. A previsão é de que os trabalhos legislativos cessem dia 17/12/21 e sejam retomados dia 02/02/22.

- O Plenário do Senado aprovou a PEC 23/2021, dos Precatórios, com algumas alterações no texto e, agora, retorna para a análise na Câmara.